



FECHAMENTO DE ESCOLAS NO/DO CAMPO NO TERRITÓRIO DO SISAL (BA): CONFLITUALIDADES E DISPUTAS EXPRESSANDO A QUESTÃO AGRÁRIA - REFLEXÕES INICIAIS

Jean da Silva Santos¹

RESUMO

O presente trabalho dialoga com o projeto de tese ancorado em 2021.1 junto ao PPGEO/UFS no sentido de aprofundar a temática sobre as conflitualidades e disputas no fechamento de escolas no/do campo, sobretudo acerca dos seus aspectos teóricos e metodológicos. Sendo assim pesquisa analisará o fechamento de escolas e a reação popular, o foco é a questão agrária, a luta camponesa por acesso e permanência na terra para identificar as áreas de conflitos no campo dos municípios que constituem o Território de identidade do Sisal, localizado na Bahia. Uma dimensão metodológica é atualizar os dados da estrutura fundiária, as formas de acesso a terra por meio das lutas camponesas, analisar os documentos dos órgãos oficiais que normalizam o fechamento escolas, analisar como os movimentos sociais tem se posicionado e se articulado para o enfrentamento ao movimento político hegemônico, que se desdobra no fechamento de tais instituições, processo este legitimado pelo Estado. Acredita-se que um dos resultados do fechamento das escolas no/do campo é a negação do campesinato ao acesso aos conhecimentos científicos sistematizados pela humanidade, posto que a ação do Estado legitima os interesses do capital rentista, que contribui para dificultar a organização política dos camponeses na dimensão material e simbólica para construir caminhos contra-hegemônicos de superação ao atual projeto em curso. Portanto, os conflitos não são apenas por água e terra, é também pela garantia da educação enquanto direito universal ao conhecimento científico.

Palavras-chave: Questão Agrária; Estado; Políticas Públicas; Fechamento de Escolas no/do Campo, Movimentos Sociais.

RESUMEN

El presente trabajo dialoga con el proyecto de tesis anclado en 2021.1 con el PPGEO/ UFS con el fin de profundizar en el tema sobre los conflictos y disputas en el cierre de escuelas en/ en el campo, especialmente en sus aspectos teóricos y metodológicos. Así, la investigación analizará el cierre de escuelas y la reacción popular, el foco está en el tema agrario, la lucha campesina por el acceso y permanencia a la tierra para identificar áreas de conflicto en el ámbito de los municipios que constituyen el Territorio Identidad Sisal, ubicado en Bahía. Una dimensión metodológica es actualizar los datos sobre la estructura agraria, las formas de acceso a la tierra a través de las luchas campesinas, analizar los documentos de los órganos oficiales que normalizan el cierre de escuelas, analizar cómo los movimientos sociales se han posicionado y articulado para enfrentar la hegemonía. movimiento político, que se despliega en el cierre de tales instituciones, proceso legitimado por el Estado. Se cree que uno de los resultados del cierre de escuelas en/ en el campo es la negación del campesinado al acceso al conocimiento científico

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), orientando pelo Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior (PPGEO/UFS). Pesquisador no Laboratório de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE/UNEB/CNPq) e no Grupo de Pesquisa Território, Cultura e Ações Coletivas (TECEMOS/ UNEB/ CNPq). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/ Campus XI), Diretor Pró-Tempore do Departamento de Educação, Campus XI – Serrinha – BA; Coordenador Geral de Geografia da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana – BA. E-mail: jesantos@uneb.br / E-mail acadêmico: jesantos@academico.ufs.br



sistemizado por la humanidad, ya que la acción del Estado legitima los intereses del capital rentista, lo que contribuye a obstaculizar la política organización de los campesinos en la dimensión material y simbólica para construir caminos contrahegemónicos para superar el actual proyecto en marcha. Por tanto, los conflictos no son solo por el agua y la tierra, sino también por la garantía de la educación como derecho universal al conocimiento científico.

Palabras clave: Cuestión Agraria, Estado, Políticas públicas, Cierre de Escuelas en/ del Campo, Movimientos Sociales.

INTRODUÇÃO

A questão agrária pode ser entendida enquanto um conjunto de problemáticas produzidas pelas relações sociais no modo de produção capitalista. Segundo Fernandes (2017), a produção do campo brasileiro é tensionada por duas perspectivas distintas e paradigmáticas caracterizadas pela produção do campo do agronegócio, colocado na hegemonia, e pelas formas de acesso à terra e de lutas da agricultura camponesa. Elas atuam tanto no plano teórico, quanto no plano da prática política, incidindo nas relações socioespaciais, produzindo territórios, gerando disputas, enfrentamentos e resistências, conformando o cenário da questão agrária.

Para Germani (2010), a questão agrária abarca as distintas formas de produção no campo, articulando a estrutura da propriedade da terra, às relações sociais de produção que são estabelecidas entre os distintos e antagônicos grupos sociais que coexistem no espaço-tempo, revelando a condição em que se realiza sua produção e, também, sua posição numa dada sociedade. Assim, a permanência da questão agrária no Brasil, se dá pelo acirramento das contradições presentes no campo, marcadas, sobretudo, pela concentração da terra, da água e pelas lutas territoriais camponesas.

Um dos elementos que dá concretude à questão agrária é a estrutura fundiária. Mesmo com suas limitações esta se apresenta como um indicador que permite analisar a realidade do campo, demonstrando pelos números o poder de quem controla a terra e o tamanho da violência cometida sobre o trabalho. Sendo assim, nas relações sociais de poder que explicitam a estrutura fundiária, são os camponeses e suas organizações e movimentos sociais, os que mais tem enfrentado, na correlação de forças, os efeitos da desigual distribuição da propriedade da terra.

No entanto, é importante destacar que embora a questão agrária afete as condições de existência do conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade, as forças que operam na reprodução das relações que a mantém, não ficam evidenciadas para



parte desses camponeses, assim como para parcela significativa da sociedade. Isto porque apesar da questão agrária se sustentar na estrutura da propriedade da terra – base material da existência social, o que dá sentido explicativo à sua lógica de reprodução no espaço são as relações sociais de produção estabelecidas pela ação de antagonísticos sujeitos sociais, definindo o modo como se organizam as relações sociais no campo.

Neste sentido, para fazer frente à questão agrária, a classe trabalhadora do campo se viu impelida a se organizar politicamente na dimensão material e simbólica para construir caminhos contra-hegemônicos de resistência e superação nos últimos 20 anos, e que deram continuidade as lutas históricas do campesinato brasileiro. Ainda sob os auspícios da Ditadura Militar, em 1979, os trabalhadores do campo iniciaram um processo de organização pela terra de trabalho (RIBEIRO, 2012, p. 464) no enfrentamento ao Estado para a ocupação de terras devolutas e improdutivas. Com isso nasceu o Movimento dos Sem Terra (MST) durante o 1º Congresso Nacional dos trabalhadores Rurais (GOHN, 1995; MORISSAWA, 2001; BEZERRA NETO, 1999 apud RIBEIRO, 2012, p. 465).

Na medida em que conquistavam as terras com suas famílias nos assentamentos designados pelo Estado, sob a orientação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), segundo Ribeiro (2012, p. 466), os agricultores começam a demandar uma escola para os seus filhos. Educadores assentados, junto com agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que ao longo da história tem apoiado o Movimento Camponês, organizaram-se para formular uma proposta pedagógica direcionada à formação humana, articulando trabalho-educação. Assim, com o apoio da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, que reúne diferentes entidades de caráter social, realiza-se o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em julho de 1997, promovido pelo MST e logo após, a I Conferência: Por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia, estado de Goiás, em 1998.

Estes eventos situaram-se como marcos temporais de conquistas significativas para as lutas sociais e populares no campo brasileiro, ao propor uma concepção sobre educação engendrada em um conjunto de políticas públicas que, segundo Ribeiro (2012, p. 466), desse conta da dimensão exigida através da luta histórica pela terra, a saber: o Programa Nacional da Educação da Reforma Agrária (PRONERA), o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), através do qual foi implementado o Programa Escola Ativa pelo Ministério da Educação (MEC), a aprovação da Resolução CNE/CEB



1, de 03/04/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Portanto, estes eventos denotam a gênese da criação da Educação do Campo através da organização política e social dos movimentos sociais, os quais contribuíram diretamente para a composição do cenário atual da política pública para a Educação do Campo, disputando a permanência da escola no campo como tática da organização camponesa para a elevação da consciência política e instrumentalização ao enfrentamento pela Reforma Agrária.

Neste sentido, o presente trabalho vem no sentido de dialogar com o projeto de tese ancorado em 2021.1 junto ao PPGeo/UFS no sentido de aprofundar a temática apresentada, sobretudo acerca dos aspectos teóricos e metodológicos o qual tem como recorte espacial de locus da pesquisa o Território do Sisal, BA. O Território de Identidade do Sisal compreende a faixa climática do semiárido, e é composto por 20 municípios (Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente). Possui população total de 582.329 habitantes, sendo a população urbana 249.167 (equivalentes a 43% do total) e a população rural 333.162 (equivalentes a 57% do total) (IBGE, 2010) e apresenta características de semiaridez.

A decisão em estudar o fechamento de escolas no/do campo como expressão socioespacial da questão agrária no Território do Sisal, reside no fato de que mais de 80 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas em 21 anos (entre 1997 e 2018), sendo que a situação no Nordeste se configura como a mais grave, dotada de mais 40 mil unidades encerradas no período, conforme apresenta Alentejano e Cordeiro (2019). Ou seja, só no Nordeste corresponde a mais da metade do total das escolas fechadas no país. Nestes números a Bahia foi o estado de maior representação, com 12.815 escolas fechadas.

A questão agrária pode ser apropriada como uma ferramenta conceitual e operacional estruturante para a compreensão dos dados sistematizados pelo Geografar (2006), os quais expressam a reação camponesa às pressões do capitalismo agrário, sobretudo ao enfrentamento cotidiano para garantir as condições de reprodução da vida. De certo modo, tais dados são expressos nas formas de acesso à terra pela luta, cabendo a este estudo identificar a dimensão da luta popular enquanto resistência frente aos processos sociais que implicam no fechamento das escolas no/do campo.



Acredita-se que o avançar de tais perspectivas analíticas com seus devidos aprofundamentos conceituais em articulação com a realidade concreta, seja permitida a construção de novos olhares para a comunidade acadêmica, para os movimentos sociais de luta na e pela terra, bem como à população camponesa do Território do Sisal a fim de se constituir novas perspectivas de pesquisas e de ação, com possibilidades de atualização do mapa da questão agrária neste recorte espacial, dado pela análise da correlação entre o fechamento de escolas no/do campo, os conflitos socioespaciais por terra e as políticas públicas para o campo, com possíveis desdobramentos para repensar a geografia das ações dos movimentos sociais de luta popular do campo no enfrentamento ao projeto de desenvolvimento hegemônico, tendo como parâmetro a educação do campo.

Portanto, analisar as expressões socioespaciais da questão agrária no Território do Sisal sobre a população camponesa no que diz respeito ao processo de fechamento de escolas do/no campo, evidenciadas nas correlações conflituadas entre os movimentos de resistência camponesa, o Estado e o capital é o que se pretende com este trabalho que se materializa em projeto de pesquisa para elaboração de tese.

Para tanto este artigo apresentar-se organizado em duas seções centrais, a saber: a primeira, trata de “Desenhando um possível percurso de procedimentos metodológicos”, que se trata de uma breve explicitação de como se pretende delinear os procedimentos da pesquisa e a segunda, “Para além dos conflitos por terra: a garantia da educação do/no campo enquanto direito universal ao conhecimento”, aonde se desenvolverá uma discussão acerca da questão agrária, da educação do campo e processo de fechamento das escolas do/no campo.

DESENHANDO UM POSSÍVEL PERCURSO DE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No projeto de tese que se reflete a partir de sua revisão neste trabalho, se intenta que o método orientador da proposta de investigação pautar-se pelo materialismo histórico-dialético, pois “[...] é um instrumento de análise. Seu sistema de categorias visa compreender e transformar a realidade” (FREITAS, 1994, p. 15).



Os procedimentos serão percorridos em três fases, as quais não serão estanques. A primeira, a fase exploratória, de coleta de dados sejam eles primários ou secundários; a segunda, de tratamento e análise dos dados; a terceira, a produção textual.

Na primeira fase pretende-se levantar dados através de fontes secundárias. Serão utilizados elaborados pelas instituições, Secretarias de Educação dos municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia e organizações sociais. Pretende-se analisar: a) os dados do Censo Agropecuário (2018) b) a base de dados do Geografar (2006) sobre a estrutura fundiária, índice de Gini e formas de luta por acesso à terra nos municípios do Território do Sisal; c) Censo Escolar (2006-2018); e, d) pretende-se buscar em fontes secundárias, em teses e dissertações dados referentes ao aumento expressivo do movimentos sociais no Território, o que nos leva a questionar em que medida o crescimento das denominadas ações coletivas no Território do Sisal correspondem aos desdobramentos socioespaciais da questão agrária expressos no fechamento de escolas no/do campo.

Pretende-se ainda, realizar entrevistas semi-estruturadas aos secretários de educação e a lideranças dos movimentos sociais e se necessário haverá a aplicação de questionários abertos, além da observação in loco dos movimentos organizados territorialmente, a exemplo da participação em reuniões e plenárias.

A segunda fase será a de tratamento e análise dos dados, e para tanto, serão utilizados os dados do Censo Agropecuário 2018 para analisar a distribuição da propriedade da terra nos municípios do Território do Sisal considerando o número de propriedades, a dimensão de cada propriedade, o grau de concentração da propriedade a partir do índice de Gini e o percentual de população rural e urbana. Assim, será possível analisar como está a estrutura fundiária de cada município, pois os dados do IBGE (2010) não fazem esta síntese, sendo, portanto, dados soltos que precisam de correlações analíticas. Estes dados serão comparados a série histórica dos anos 1985, 1996 e 2006.

Tal comparação visa fazer um confronto com a Tese de Coelho Neto (2013) para avaliar, em que medida, a organização social no Território do Sisal tem conseguido enfrentar a questão agrária local. Tomando como base os dados sistematizados pelo Grupo de Pesquisa Geografar em 2006 sobre a espacialização da luta pela terra no Território do Sisal, consultar-se-á os dados atuais acerca desta mesma questão.



Os dados coletados serão sistematizados e comparados aos sistematizados em 2006, tendo em vista analisar o que permanece, o que não foi consolidado e o que se tem de novo como estratégia de enfrentamento à questão agrária. Desse modo, busca-se atualizar a cartografia das formas de acesso à terra no Território do Sisal e fazer um paralelo com a tese de Coelho Neto (2013) sobre a expansão dos movimentos populares no Território estudado. Outra dimensão é analisar os dados dos Censos Escolares para fazer o mapeamento e a estatística dos atos de fechamento de escolas do campo nos municípios do Território do Sisal, nos últimos 20 anos comparando com a dinâmica populacional rural e os pontos de conflitos no Território.

Em que medida o aumento do número de organizações sociais e suas ações significaram ou significam força política no enfrentamento para o fechamento das escolas do campo? Qual ou quais as concepções existentes de educação do campo dos movimentos sociais de luta pela terra e das Secretarias Municipais de Educação dos municípios do Território do Sisal?

A partir das diretrizes de Educação do Campo das secretarias municipais de Educação dos vinte municípios do Território do Sisal e do Estado da Bahia, qual ou quais perspectivas de projeto de sociedade estão presente(s) na(s) concepção/ões de Educação do Campo? Qual ou quais as concepções de projeto de sociedade presentes na educação do campo dos movimentos sociais do campo (fundações, associações e sindicatos rurais)? E, de forma tais perspectivas defendidas contribuem para o enfrentamento das problemáticas levantadas pela questão agrária brasileira?

A terceira fase trata-se da produção da tese, onde se espera identificar as nuances das contradições e as possibilidades de efetivação de uma política de Educação do campo no Território. Espera-se que os documentos oficiais do Estado e os interesses dos grupos de poder revelem os reais fatores que justificam o fechamento das escolas no/do campo, bem como evidenciem a organização e a reação dos movimentos sociais de luta pela terra, ao se contrapor a este problema e que, de igual modo, consiga revelar a potência ou latência das ações coordenadas, que possibilite a análise das táticas da própria organização social no sentido de avançar com suas ações, pensamentos e defesas.

PARA ALÉM DOS CONFLITOS POR TERRA: A GARANTIA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO ENQUANTO DIREITO UNIVERSAL AO CONHECIMENTO



A questão agrária torna-se conceito estruturante desta pesquisa, uma vez que entende as formas de acesso à terra pelas lutas sociais, bem como apresenta caminhos para a compreensão do fechamento das escolas do campo, ao tempo em que possibilita a leitura da reação ao fechamento de tais escolas. Portanto, os conflitos não são só por água e terra, é também pela garantia da educação enquanto direito universal ao conhecimento, pois acredita-se que fechar escolas no/do campo seja uma estratégia velada do Estado para o confinamento das comunidades camponesas que promovem movimentos de resistências. O Estado é aqui entendido a partir da incorporação de agentes neoliberais e a sua intervenção a partir da presença ou ausência das políticas públicas.

A perspectiva analítica em questão se assenta na vertente do Paradigma da Questão Agrária. Este defende que o capitalismo posto no campo brasileiro se manifesta pelo desenvolvimento desigual e contraditório (OLIVEIRA, 2004), haja vista que no campo, os interesses do agronegócio e dos camponeses, como classes completamente antagônicas, seguem lógicas que se contrapõem pela contradição estrutural do próprio sistema capitalista (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985). Por sua vez, produz, simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria, impondo a destruição do campesinato por meio da expropriação e, ao mesmo tempo, da recriação do trabalho agrícola familiar. Segundo Marx (2013), a terra é o principal meio de trabalho, pois ela é a fornecedora de boa parte dos elementos naturais, bem como, é a base territorial onde os processos sociais são desenrolados.

Assim, os conflitos decorrentes da forma como a propriedade da terra é distribuída e os impactos sociais que sua concentração traz para a sociedade, são denominados de questão agrária. Esta questão é um dos conceitos chave para o encaminhamento deste estudo, pois tem como eixo de análise, a dinâmica do modo de produção capitalista que concentra a terra, porém de forma inversa, também exclui da terra e do acesso aos serviços e bens materiais básicos uma imensa quantidade de pessoas, que são condenadas a viver em condições de extrema miséria.

O atual processo de reestruturação produtiva do capital por meio da estratégia de mundialização da produção tem gerado “[...] um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural [...]” (HARVEY, 2011, p. 257). Por isso, o capital



internacional adentra as fronteiras nacionais, a partir dos acordos estabelecidos entre Estado e capital por meio do pacto neoliberal, mexe com as organizações sociais e desestabiliza os territórios das comunidades que vivem historicamente na/da terra.

Trata-se de um plano tático de reprodução deste modo de organização socioespacial que, para se reproduzir, destrói profundamente organizações sociais e povos que vivem tradicionalmente na terra. Tal ofensiva do capital adentra vários espaços, inclusive no espaço da produção do conhecimento teórico e na política educacional que é efetivada pelo Estado brasileiro. Por isso que “[...] a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer [...]” (MARTINS, 1999, 12- 13).

Em vista destas questões, há um grupo de pesquisadores e de movimentos sociais de luta na/pela terra, que há aproximadamente 20 anos, vem construindo vias que possam pensar em outro projeto de Educação para a classe trabalhadora. Tais vias têm demarcado uma determinada concepção de ser humano, de sociedade, de educação e de campo que disputam, neste caso, uma educação entendida como tática de enfrentamento à alienação posta pelo capitalismo. Projeto este de educação “batizado” pelos movimentos sociais populares que lutam pela terra com o nome de Educação do Campo.

Desse modo, sendo a questão agrária um conjunto de questões oriundas da configuração socioespacial decorrente da lógica do capital, tal formatação foi estabelecida a partir da apropriação privada da terra e da natureza pelo capital. Sendo assim, todas as demandas sociais decorrentes desta questão, são em si, questões agrárias. Portanto, entende-se que a questão agrária apresenta a realidade concreta em sua multidimensionalidade, inserindo-se nela, a questão educacional do campo brasileiro, a qual expõe correlações de interesses a partir da conflitualidade instalada no que se refere a permanência ou não de escolas no/do campo. Esta que se configura como instância social vital para a emancipação humana a partir da produção e reprodução do conhecimento.

Conhecimento é poder e uma das condições necessárias para a superação das condições impostas pela lógica do modelo capitalista de produção. O conhecimento sistematizado, educacional científico se impõe como uma questão fundante para a compreensão de como se está estruturada a lógica do capitalismo na sociedade e por tal motivo, o fechamento das escolas no/do campo se apresenta enquanto reação do sistema



contra essa perspectiva superadora. Portanto, é salutar entender sobre a realidade da dimensão da questão agrária no Território do Sisal e como ela mobiliza a classe trabalhadora camponesa a se organizar criando resistência ativa ao movimento de fechamento das escolas no/do campo e quais estão ou não vinculados as elações socioespaciais conflituosas que envolvem a questão da propriedade privada da terra e das águas e por quê?

Os dados disponibilizados pelo IBGE, coletados nos Censos Agropecuários de 1980 a 2006², indicam que a estrutura fundiária brasileira continua sendo marcada pela presença dominante do latifúndio. Isto demonstra o processo de distribuição desigual da terra. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o nível de desigualdade fundiária no território brasileiro, entre os anos de 1985 a 2006, permaneceu praticamente sem alteração, pois o índice de Gini³ de 0,856 registrado para 2006 ficou no mesmo patamar dos que foram registrados nos anos 1995, 1985 e 1975, com respectivamente, 0,857; 0,858 e 0,855 (IBGE, 2006). Contudo, é relevante considerar que a estrutura fundiária se refere a uma das dimensões para se analisar a questão agrária, ela não é a questão agrária em si.

De acordo os dados do IBGE (2006), há uma grande desigualdade na distribuição da propriedade da terra no Brasil. Os empreendimentos rurais com área maior ou igual a 100 hectares representam menos de 10,0% do total de empreendimentos agrícolas no país, mas ocupam mais de 75% das terras agrícolas. No conjunto destas propriedades, estão as propriedades com mais de 1000 hectares. Estas concentram 45% das terras – quase metade das terras agrícolas de todo o território brasileiro – e totalizam menos de 1% dos estabelecimentos rurais.

Do lado oposto às grandes propriedades, estão as propriedades com área inferior a 10 hectares. Estas representam mais da metade dos empreendimentos agrícolas, contudo ocupam apenas cerca de 3% da área total do país. Em todas as regiões brasileiras o quadro fundiário de concentração da terra permanece tal como o nacional. Assim, compreende-se que a estrutura fundiária é a representação numérica da

² Censo Agropecuário mais recente.

³ Índice que é usado para medir a concentração de um bem.



dimensão da violência manifestada pela apropriação privada da natureza pelo capital (GERMANI, 2010).

Os movimentos sociais camponeses elegeram dois vetores importantes para o enfrentamento: a reforma agrária e uma concepção política de educação que garanta a elevação do conhecimento da classe trabalhadora denominada de “Educação do Campo”. A falta de capacidade cognitiva para olhar, observar, descrever, registrar, analisar e ler o real impede qualquer sujeito analisar e compreender as contradições socioespaciais concretas e também de estabelecer posição política na luta de classes. Por isso, Santos afirma,

[...] O mundo mundializado aí está sob nossos olhos, como um fato, embora mascarado pelas próprias condições em que foi gerado: quando a economia se baseia na insensatez, a ordem social apenas se mantém porque a ideologia se intromete; e a ordem política fica obrigada a se confundir, e isto ao infinito, com as demais instâncias de vida. O mundo “mundial” se apresenta aos seus observadores, que são também seus personagens, como algo de incompletamente compreensível, ao menos para os indivíduos desarmados, que são a maioria [...] (SANTOS 2005, p. 236).

Estes “indivíduos desarmados”, citados por Santos (2005) são aqueles que não são capazes de entender a lógica da formação socioespacial em que convivem. Trata-se de pessoas que, empiricamente sabem diferenciar ricos de pobres, mas não conseguem enxergar o conteúdo destas desigualdades: a luta de classes. Ou seja, visualizam o fenômeno, mas não compreendem a essência do fenômeno, é o que Kosik (2011) denomina de pseudoconcreticidade, pois segundo Mészáros (2006), esta condição precisa ser superada, visto que o ser de classe é, antes de qualquer outra coisa, um ser social e, para se constituir como tal, precisa tomar consciência de si mesmo para apropriar-se dos pressupostos da consciência de classe para si. Este é um dos entendimentos que se encontra na base da Educação do Campo.

De acordo com Caldart (2008), o conceito de Educação do Campo é um conceito que está em movimento. A autora entende que foi o campo, na sua dinâmica histórica, que produziu a Educação do Campo. Esta concepção não foi dada aos trabalhadores, foi produzida na conjuntura concreta dos sujeitos e pelos sujeitos do campo. Para a autora, não se trata do campo romântico, mas do campo dos camponeses que lutam, morrem e resistem. Não se trata de algo dado por um governo, pois tem raiz na sua materialidade, no enfrentamento a questão agrária e no movimento histórico da



realidade camponesa marcada pela conflitualidade entre campesinato e agricultura capitalista. Esta autora afirma que não se pode perder de vista a materialidade da sua origem que está no tripé: Campo - Política Pública – Educação.

Há então quem prefira tratar da Educação do Campo tirando o campo (e seus sujeitos sociais concretos) da cena, possivelmente para poder tirar as contradições sociais (o “sangue”) que as constituem desde a origem. Por outro lado, há quem queira tirar da Educação do Campo a dimensão da política pública porque receia que a relação com o Estado contamine seus objetivos sociais emancipatórios primeiros. Há ainda quem considere que o debate de projeto de desenvolvimento de campo já é Educação do Campo em si. E há aqueles que ficariam bem mais tranquilos se a Educação do Campo pudesse ser tratada como uma pedagogia de caráter exclusivista, cujo debate originário vem apenas do mundo da educação, sendo às vezes conceituada como uma proposta pedagógica para as escolas do campo (CALDART, 2007, p. 2).

A disputa pela Educação do Campo não se resume a contestação conceitual, pois esta contestação é, em si, disputa em última instância é pelo domínio do espaço geográfico. Os conceitos são carregados de conteúdos políticos, quando se retira o campo dado por uma concepção que seja possível identificar os movimentos contraditórios e de exploração, da Educação do Campo, retira-se a questão social proveniente da concentração da propriedade da terra e enfraquece a luta pela reforma agrária. Neste contexto, a Educação do Campo é transformada em prática pedagógica esvaziada de conteúdo político da prática social. A centralidade passa ser fundamentada em um cotidiano camponês esvaziado de ações políticas e de possibilidades superadoras, é idílico, neutralizado de conflitos, de relações de poder, ele é rural, sem composição de correlação de forças, é o que passa a dominar no imaginário social que é, de certa forma, a base que também contribui para gerar a condição de ações contra o próprio campo.

Os camponeses tornaram-se centro de várias pesquisas acadêmicas, de acordo com Faria (2011), grande parte destas pesquisas está fundamentada nas concepções pós-modernas. Assim, não analisam as contradições socioespaciais postas concretamente pelo capital aos sujeitos do campo, nem tão pouco faz referência às suas estratégias e lutas no enfrentamento ao modo de produção capitalista.

A luta de classes não aparece nestes trabalhos, o camponês é visto como sujeito bucólico que se explica pelo seu próprio modo de vida, não é entendido como resultado



da contradição socioespacial estabelecida na relação capital-trabalho. O espaço e o território em conflito não são enxergados, quiçá as conflitualidades vividas cotidianamente. Assim, se comprometem com a descrição do modo de vida camponês, numa dimensão da cultura alienada, nas suas narrativas de senso comum, sem analisar as contradições nas quais elas são construídas. Estes pesquisadores, bem como a formação docente que por eles é proposta, não dão conta da Educação do Campo enquanto perspectiva comprometida com a defesa da reforma agrária que, por sua vez, se fundamenta na perspectiva da emancipação humana.

Diante das conflitualidades estabelecidas a partir da ampliação da discussão e efetivação da Educação do Campo para os espaços do capital, nota-se que, tanto na escala das pesquisas, como na escala da formação de professores e, por conseguinte, na prática dos profissionais da educação, há uma diversidade de concepções de Educação do Campo. Mas, a posição política em termos de projeto de sociedade de cada profissional frente à questão real concreta, é que vai definir qual projeto de Educação do Campo está comprometido a desenvolver.

Por outro lado, mexer com a distribuição da terra é mexer com o principal pilar do modo de produção capitalista, uma vez que é na terra que estão as principais riquezas naturais e, tirar a propriedade privada da classe burguesa, é tirar dela o status de detentora dos meios de produção. Por isso, na conjuntura da luta de classes, a classe burguesa, detentora do poder, tem usado todas as suas táticas na defesa do seu território (a propriedade privada). Nota-se que o neoliberalismo e a mundialização do capital são táticas de proteção à propriedade privada imposta pelo capital internacional, tendo em vista o controle dos territórios capitalistas instalados nos países de economia mais frágeis.

Nesta conjuntura, há de se lembrar que a terra, além de ser um recurso natural finito, também concentra em si um conjunto de outros recursos naturais essenciais à vida humana, tais como a flora, a fauna e a água. Mas, por se concentrar nas mãos de um grupo, firma uma relação social que submete o grupo que ficou de fora dela, às condições de pobreza e miséria. Tal fato demarca a indissociável relação entre capitalismo, questão agrária e questão social e educacional. Esta relação se espacializa a partir da contradição entre capital x trabalho e campesinato x agronegócio, formando espacialidades conflituosas que demarcam o que pode e o que não pode efetivamente existir e, quando do existir, passa a exercer o controle das instituições, mentes e corpos.



Os estudos que têm sido realizados pelo Grupo de Pesquisa Geografar (UFBA), nos últimos anos, permitiram a elaboração da cartografia social do estado da Bahia. As imagens expressam a dimensão socioespacial que é tecida no espaço, a partir da forma como as comunidades camponesas se espacializam e como reagem na luta na/pela terra. Os pontos sistematizados no mapa permitem identificar que em 2010 eram: 330 acampamentos; 480 projetos de reforma agrária; 111 assentamentos estabelecidos pelo programa Cédula da Terra; 158 assentamentos estabelecidos por crédito fundiário; 454 comunidades de fundo e fecho de pasto; 769 comunidades quilombolas, sendo que 438 eram certificadas pela Fundação Cultural Palmares; 237 colônias e associações de pescadores; e, 28 povos indígenas (GEOGRAFAR, 2013).

Estes dados indicam a latência dos problemas agrários existentes no Estado. Os estudos revelaram que muitos destes grupos sociais vivem em áreas de conflito por terras com fazendeiros e são atingidos por grandes obras do capital legitimadas pelo Estado.

Os dados do Geografar (UFBA) foram sobrepostos pelos grandes projetos do capital que estavam/estão em execução, e assim, observa-se os impactos que estas obras trazem para estes grupos sociais. Elas adentram os territórios camponeses com o discurso do progresso e do desenvolvimento, contudo destroem relações de base comunitária.

As condições de existência destas comunidades perpassam pela relação com a terra, esta é condição fundante para reprodução social do grupo. Os indivíduos destas comunidades, assim como os demais, necessitam de acesso ao conhecimento para compreenderem-se neste processo, pois a realidade é explicada principalmente pelo conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade. O fato da implementação desta perspectiva na educação, por si já representa um rebatimento direto na formação dos professores e no fechamento das escolas.

O aparato institucional do Estado engendra ações que atingem profundamente o espaço. Isto quer dizer que, na lógica do capital, estas ações são postas por interesses externos que definem a ordem espacial dos que estão territorializados. Por esta razão, a análise do espaço não pode ser realizada exclusivamente pela escala local. Contudo, o local não deixa de ser uma totalidade concreta.

Em decorrência destes processos, é que,

[...] a luta pela terra adquire novos contornos, ainda que preserve seu



conteúdo: a luta dos camponeses, indígenas e quilombolas contra a usurpação das terras que ocupam pelas forças do latifúndio/agronegócio e contra um modelo agrário que concentra riqueza, promove devastação ambiental (desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se reproduz com base na violência e na exploração do trabalho (inclusive com trabalho escravo); a luta por uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica [...] (ALENTEJANO, 2015, p. 15).

Neste contexto, a luta dos camponeses não se resume à luta por terra, mas contra um modelo agrário que provoca destruição do ecossistema, que envenena os alimentos, que polui o solo e água. Mas também, gera miséria na mesma proporção em que concentra riqueza. Assim, mesmo diante das inúmeras refrações da questão social sofridas pela classe trabalhadora, a classe burguesa usa inúmeras estratégias geopolíticas para obter o controle social. E um desses espaços controlados é o espaço do currículo escolar, haja vista que ele tem uma grande relevância quando se considera a especificidade e a natureza da educação.

Nesta conjuntura, a Educação do Campo também é uma tática de luta pela reforma agrária, pois sua meta é territorializar seus princípios no currículo da escola burguesa para propor outro tipo de educação e de ensino para a classe trabalhadora, sobretudo, para os camponeses. Um ensino que dê condições do aluno e aluna da classe trabalhadora ter acesso aos conhecimentos científicos produzidos historicamente pela humanidade com formação política e consciência de classe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se que o presente estudo ainda se encontra em estágio inicial, na etapa 1, conforme apresentado na metodologia, posto que além de análise da revisão teórico conceitual, de literatura, encontra-se em fase de planejamento para a busca de informações e dados junto as organizações governamentais e movimentos populares através dos instrumentos de coleta, para só a posterior iniciar-se uma esquematização dos dados encontrados, bem como para a sistematização dos achados empíricos, portanto, a pesquisa ainda não apresenta resultados parciais, mas sim uma revisão de projeto pautado pela revisão de literatura aplicada.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido espera-se identificar as nuances das contradições e as possibilidades de efetivação de uma política de Educação do campo no Território do Sisal. Espera-se que os documentos oficiais do Estado e os interesses dos grupos de poder revelem os reais fatores que justificam o fechamento das escolas do campo no território do Sisal, bem como evidencie a organização e a reação dos movimentos sociais de luta pela terra, ao se contrapor a este problema e que, de igual modo, consiga revelar a potência ou latência das ações coordenadas, de forma a possibilitar uma análise das táticas do próprio movimento no sentido de avançar com suas ações, pensamentos e defesas.

Acredita-se, por fim, que conseguirá produzir uma consistente cartografia e, a partir dela, consiga produzir uma espacialização que explicita as escolas, a espacialidade da comunidade em que as escolas foram fechadas ou abertas, além de analisar e comparar, através deste mapeamento, se há relação entre os conflitos agrários por terra, água e suas correlações socioespaciais ao fechamento das escolas do campo no Território do Sisal, sobretudo, na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina - Por una América Latina unida y sostenible, 2015, La Habana. **Anais**. XV Encuentro de Geógrafos de América Latina - Por una América Latina unida y sustentable. La Habana: Facultad de Geografía de la Universidad de La Habana / Sociedad Cubana de Geografía, 2015. v. 1. p. 1-21. CD-ROM.

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia. 80 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas em 21 anos. **Brasil de fato**, v. 29, 2019.

BATISTA, Marize Damiana Moura Batista e. **A questão agrária movendo a migração de jovens do campo em Ipirá (BA): uma análise socioespacial**. 2018. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2018.

BRASIL. **Censo Agropecuário, 2006**. Instituto de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>, Acesso em: 28 ago./2020.



BRASIL. **Censo Agropecuário, 2018**. Instituto de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticasnovoportaleconomicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>, Acesso em: 28 Ago. 2020.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. (et al) **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CALDART, Roseli Salete; MOLINA, M. C. Sobre educação do campo. **Por uma educação do campo**, v. 7, 2008.

COELHO NETO, Agripino Souza. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. 2013. 426f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2013.

FARIA, Lenilda Rego Albuquerque de. **As orientações educativas contra-hegemônicas das décadas de 1980 e 1990 e os rebatimentos pós-modernos na didática a partir da visão de estudiosos**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008A, p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas (SP): Unicamp, 2008B.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire S. Azevedo. (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In.: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In.: João Pedro Stedile (org.) e Douglas Estevam (assistente de produção). **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária na segunda na segunda fase neoliberal no Brasil. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo **DATALUTA**: janeiro de 2017. Disponível em: http://www.cedem.unesp.br/Modulos/Noticias/188/boletim_dataluta_01_2017.pdf. Acesso em 02 set. 2020.



FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 305 f. 1994. Tese de Doutorado. Tese (Livre-Docência)-Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP.

GEOGRAFAR: A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Formas de Acesso à terra no estado da Bahia. A Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia**. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa (2006). Disponível: <http://www.geografar.ufba.br/formasdeacessoaterra> Acesso em: 23 set. 2020

GEOGRAFAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Banco de Dados: **Estrutura Fundiária dos municípios da Bahia**. Salvador. POSGEO/IGEO/IFBA/, 2013. Grupo de Pesquisa. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/formasdeacessoaterra>. Acesso em: 10 out. 2020.

GERMANI, Guiomar Inez. Questão Agrária e Movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Ednúsia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da. (Orgs.) **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

KOSIK. Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, (1989) 1985.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, J. Souza. **O poder do atraso Ensaio de Sociologia da História Lenta**. 2ª. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, (Livro 1). 2013.

MACIEL, Eliane Cruz. Processo de urbanização e as pequenas cidades do Território do Sisal: um breve panorama. **Sitientibus**, n. 57, 2020.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. Casa Amarela e Paz e terra, 2004.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo. 9 ed. – São Paulo: Contexto, 1999 – (Repensando a Geografia) OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 459-490, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Out. 2020.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho; DA SILVA, Onildo Araujo. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos**, v. 11, n. 2, 2015.

SANTOS, Janeide Bispo dos Santos. **Questão Agrária, Educação do Campo e Formação de Professores: territórios e disputa**. 2015. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SILVA, Onildo Araújo da. A Influência recíproca na ação: o Estado e as associações no território do Sisal. In: COELHO-NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da. **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.